

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DA EMBAIXADA DO BRASIL EM CAMBERRA

**Austrália e Cumulatividades (Vanuatu, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão,
Nauru e Fiji)**

Candidato EMBAIXADOR ALEXANDRE PEÑA GHISLENI

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Alexandre Peña Ghisleni

O Embaixador Alexandre Peña Ghisleni nasceu em Porto Alegre/RS, em 1969. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1990 e ingressou no Serviço Exterior Brasileiro em 1994.

Ao longo de sua carreira diplomática, foi promovido aos cargos de Segundo Secretário (2000), Primeiro Secretário (2004), Conselheiro (2007), Ministro de Segunda Classe (2012) e Ministro de Primeira Classe (2022). Foi aprovado com louvor no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (2011), com a tese “Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento dos temas de Direitos Humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas”.

É Diretor do Departamento de Assuntos Econômicos, Financeiros e de Serviços desde agosto de 2025. Foi Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde (2023-25), Diretor do Departamento de Energia e Agricultura (2022-23), Diretor do Departamento de Promoção do Agronegócio (2019-22) e Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (2013-19). No Itamaraty, também ocupou as funções de assessor do Gabinete do Ministro, assessor da Secretaria de Planejamento Diplomático e assistente na Divisão de Mercosul.

No exterior, serviu na Embaixada do Brasil em Havana (2011-13), na Embaixada do Brasil em Washington (2007-10) e na Delegação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra (2000-03).

Foi condecorado com a Ordem do Rio Branco em 2003. Recebeu o Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva em 1996.

O Embaixador Alexandre Ghisleni é pai de João Vítor de Freitas e Ghisleni.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E AUSTRÁLIA

I – Relações diplomáticas

As relações diplomáticas entre Brasil e Austrália foram estabelecidas em 1945. Separados por grande distância geográfica, contextos regionais distintos e com volume ainda relativamente modesto de comércio bilateral, embora expressivo de investimentos, os países têm buscado intensificar o relacionamento com base na convergência de suas sociedades multiétnicas e de visões que compartilham em temas da agenda multilateral (como a defesa da abertura dos mercados agrícolas, do desarmamento e do multilateralismo), bem como pela crescente presença e influência da comunidade brasileira na Austrália, incluindo cerca de 19 mil estudantes.

Brasil e Austrália são os dois únicos países do Hemisfério Sul com a extensão de um continente, respectivamente 8,5 e 7,7 milhões de km². Apresentam, ademais, semelhanças na concentração econômica e demográfica em suas extensas costas litorâneas e nos perfis da produção doméstica e da pauta exportadora, centradas em boa medida no uso de recursos naturais. Como principais diferenças, assinalam-se o tamanho populacional (217 e 26 milhões de habitantes, respectivamente) e o franco contraste entre as regiões em que se inserem (uma América do Sul relativamente homogênea e com grandes desafios socioeconômicos, um Indo-Pacífico heterogêneo e com grandes desafios geopolíticos), que impactam a capacidade de ação conjunta dos dois países e a percepção de seu lugar no mundo.

Os principais temas de interesse comum e recíproco têm sido agricultura, energia, meio ambiente e mineração. Ainda não há diálogo estruturado entre Brasil e Austrália para tratamento desses temas – o que seria desejável.

Entre os marcos recentes da relação Brasil-Austrália destacam-se (i) apoio australiano ao pleito do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU); (ii) apoio australiano ao pleito do Brasil de entrada na Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE); (iii) apoio australiano a candidaturas recentes do Brasil a vagas na Comissão de Direito Internacional (CDI), na Corte Internacional de Justiça (CIJ), no Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO) e no Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT); (iv) coordenação entre Brasil e Austrália em foros que discutem temas de interesse comum, como Grupo de Cairns e o Grupo de Ottawa; (v) assinatura e entrada em vigor do acordo para concessão de vistos de férias-trabalho; (iv) implementação do Comitê Conjunto do Acordo Bilateral de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.

II – Relação econômico-comercial

Tendo alcançado recorde anual em 2022, com um fluxo total de US\$ 3,4 bilhões e déficit brasileiro de US\$1,9 bilhão, o comércio bilateral entre Brasil e Austrália ainda é modesto na comparação com os respectivos produtos internos. Em 2024, por exemplo, o intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 2 bilhões, com as exportações brasileiras somando US\$ 612,6 milhões, e as importações, US\$ 1,4 bilhões. O Brasil importa principalmente carvão (correspondente a 84% da pauta de importações brasileiras), alumínio, adubos, fertilizantes, preparações comestíveis (cereais, farinhas, amido de frutas ou vegetais) e instrumentos médicos e cirúrgicos. As exportações brasileiras para a Austrália concentraram-se em maquinário para a

construção civil, café, celulose, amidos, produtos industrializados (como sapatos), sucos de frutas e medicamentos.

Os investimentos são mais expressivos que o comércio. O Banco Central do Brasil registrou um estoque de investimento direto da Austrália no Brasil em 2024 de USD 7,2 bilhões, com crescimento médio anual de 36,1% desde 2020. Os investimentos australianos no Brasil concentram-se no setor de mineração e devem expandir-se no setor de energia. Na Austrália, destacam-se investimentos brasileiros nos setores de proteína animal, cosméticos, veículos elétricos, mineração e engenharia.

O Setor de Promoção Comercial e de Investimentos (SECOM) da Embaixada do Brasil em Camberra mantém estreito contato com as empresas brasileiras que demonstram interesse em exportar para o mercado australiano e com empresas australianas que buscam investir no Brasil. Oferece apoio, ainda, a empresas brasileiras que estejam presentes na Austrália ou que tenham interesse em internacionalizar-se, com foco nesse país.

A APEX tem seis projetos setoriais com foco no mercado australiano, nos seguintes setores: alimentos, bebidas e agronegócio; casa e construção; tecnologia e saúde.

III – Temas culturais

A Embaixada do Brasil em Camberra participa, anualmente, de três eventos tradicionais, organizados em coordenação com as demais representações latino-americanas na Austrália: Festival de Cinema Latino-Americano, Festival Gastronômico Latino-Americano e Festival Multicultural.

Em maio de 2025, realizou-se na Embaixada celebração do Dia Internacional da Língua Portuguesa, organizada em conjunto com as Embaixadas de Portugal e Angola e com a apresentação de violonista de destaque.

Em junho, por sua vez, realizou-se o 11º Festival de Capoeira Senzala de Camberra.

Em setembro, no contexto das comemorações do 7 de Setembro, realizou-se no estado de Queensland mais uma edição da 'Brazil Week', organizada anualmente desde 2022.

IV – Temas consulares

De acordo com o censo de 2021, a comunidade brasileira na Austrália alcançou 46.720 pessoas. O número representa um aumento expressivo em relação ao recenseamento de 2016, quando foram registrados 27.631 brasileiros no país.

Os dados do censo indicam que 20.411 brasileiros residem no estado da Nova Gales do Sul, 12.544 em Queensland, 5.874 em Victoria, 4.607 na Austrália Ocidental, 2.025 na Austrália do Sul, 602 no Território da Capital da Austrália, 442 na Tasmânia e 218 no Território do Norte. Na jurisdição consular do posto, portanto, o número de brasileiros atingiu 13.768 pessoas.

3. A Embaixada do Brasil em Camberra realizou as eleições presidenciais brasileiras de 2022 em sua sede, na capital australiana, e nas cidades de Melbourne e Perth. Foram 16 seções eleitorais, distribuídas em 7 urnas, nos dois turnos. Coube ao Consulado-Geral do Brasil em

Sydney a organização das eleições nas cidades de Sydney (Nova Gales do Sul) e Brisbane (Queensland).

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E VANUATU, PAPUA NOVA GUINÉ, ILHAS SALOMÃO, NAURU E FIJI

I – Relações diplomáticas

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Vanuatu em 1986; com Papua Nova Guiné, em 1989; com Ilhas Salomão e Nauru, em 2005; e com Fiji, em 2006.

Fiji manteve embaixada em Brasília entre 2011 e 2019, solicitando regularmente a reciprocidade brasileira. O país exerce considerável liderança regional, além de ocupar posição de centro logístico. A capital Suva é sede do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP) e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (FDIP). Eventual decisão do Brasil pela abertura de representação diplomática naquela capital permitiria ao País fortalecer suas relações com essas organizações, inclusive na qualidade de parceiro de diálogo (*Forum Dialogue Partner*), mecanismo reservado aos países que possuem atividades de cooperação e engajamento e interesses econômicos e políticos significativos no Pacífico insular.

Brasil e Fiji firmaram Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, em julho de 2014, e mantêm acordos, por troca de notas, sobre Isenção de Vistos de Curta Duração e Isenção de Vistos para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais, ambos celebrados em maio de 2017. O Brasil aguarda manifestações do governo de Fiji em relação a quatro propostas de instrumentos bilaterais: a) Memorando de Entendimento em Assuntos Relacionados à Área da Saúde (feita em maio de 2022); b) Acordo sobre Cooperação Cultural (março de 2022); c) Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva (fevereiro de 2022); d) Acordo-Quadro de Cooperação Educacional (novembro de 2021).

Nos últimos anos, o acirramento da disputa estratégica entre os EUA e a China teve reflexos importantes sobre os países insulares do Pacífico e sua inserção internacional. Países como Austrália, Nova Zelândia e Japão têm intensificado seus esforços para ampliar sua presença e influência sobre os países da região.

A Melanésia também passa por momento de considerável transformação, com a possibilidade cada vez maior de independência de Bougainville, em Papua Nova Guiné, a intensificação de atividades separatistas na Papua Ocidental, a contestação Kanak do terceiro referendo na Nova Caledônia e a instabilidade política nas Ilhas Salomão. Além disso, a região enfrenta o desafio da mudança do clima, que já traz consequências visíveis, com o aumento do nível do mar e da frequência de desastres ambientais.

II – Relação econômico-comercial

Na esfera econômica e comercial, os países insulares do Pacífico Sul têm mercados limitados, com populações pequenas e baixa renda per capita. Ainda assim, há oportunidades comerciais que podem ser exploradas. As empresas aéreas de Fiji, Vanuatu e Papua Nova Guiné já operaram aeronaves da Embraer. A Air Niugini, estatal desse último país, tem planos de renovação de sua frota e considera adquirir aviões do modelo E-190 E2, da Embraer.

Em coordenação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a embaixada tem realizado gestões junto a autoridades de Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu para a aprovação de certificados sanitários, com vistas à exportação de proteína animal do Brasil para esses países.

III – Cooperação técnica e humanitária

Os principais instrumentos para fortalecer as relações bilaterais do Brasil com Fiji, Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu têm sido as iniciativas de cooperação técnica e de doação humanitária.

Em relação ao quadro de instrumentos bilaterais, o Brasil mantém acordo de cooperação técnica (ACT) em vigor com Vanuatu, firmado em 29 de agosto de 2013. O ACT com Fiji, assinado em 1º de novembro de 2013, está em tramitação na Câmara dos Deputados. O ACT com Nauru, firmado em 11 de maio de 2006, ainda aguarda ratificação pelo país do Pacífico. Com Papua Nova Guiné, o Brasil encaminhou contraproposta para a elaboração de ACT bilateral em novembro de 2020. Quanto às Ilhas Salomão, o Brasil transmitiu proposta de ACT em dezembro de 2005.

Em 2022, o Brasil apresentou ao governo de Fiji proposta de visita de missão técnica, no âmbito do projeto de cooperação em cultivo de abacaxi pérola. Além disso, também foi transmitida proposta de iniciativa de cooperação na área de etanol, com a participação da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA). Apesar de manifestações positivas recebidas em Camberra e em Suva, até o momento, o governo de Fiji não respondeu oficialmente às propostas brasileiras.

O Brasil fez, em diferentes ocasiões, ofertas de doação de vacinas e medicamentos, em caráter humanitário, aos cinco países insulares. Em 2022, o governo de Nauru recebeu doação brasileira de 500 doses da vacina contra difteria, tétano e pertússis (DTP) e 500 doses da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (MMR).

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE¹

VISÃO DE FUTURO

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e altiva, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo.

PROPÓSITO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso como diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento

¹ O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE 2024-2027, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2024-2027.

sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Reposicionar o Brasil no mundo, consolidando a vocação universalista da política externa e ampliando a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
2. Obter avanços significativos em processos negociadores, em linha com os interesses nacionais;
3. Tornar mais efetiva a promoção da imagem, da cultura, da ciência, dos produtos e dos serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país;
4. Ampliar a cooperação técnica, humanitária e educacional praticada pelo Brasil e aprimorar sua efetividade;
5. Modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior, com respeito a sua diversidade e atenção às especificidades de cada caso.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO - Austrália Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Contribuir para promover os interesses do Brasil e dos brasileiros na Austrália, por meio de uma ação diplomática de excelência dirigida a identificar e explorar oportunidades de aproximação entre os dois países e superar desafios que afetem interesses brasileiros.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com a Austrália, sempre em atenção ao imperativo do desenvolvimento nacional e da defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover produtos e serviços brasileiros na Austrália, assim como oportunidades de investimentos no Brasil;
3. Estimular o incremento do intercâmbio científico-educacional entre Brasil e Austrália, em benefício da ampliação da capacidade de inovação nacional;
4. Promover a imagem e cultura do Brasil na Austrália, nas mais distintas linguagens artísticas e em diferentes segmentos da economia criativa, e a língua portuguesa na variante brasileira;
5. Prover serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro na jurisdição da Embaixada na Austrália, dando continuidade aos esforços em curso para facilitar o acesso do nacional à prestação da assistência consular;
6. Explorar mecanismos de cooperação pelos quais Brasil e Austrália possam compartilhar soluções e práticas exitosas em áreas como ciência, tecnologia e inovação; intercâmbio e mobilidade acadêmica; defesa e inteligência; mineração; meio ambiente; energia renovável; agricultura; áreas espacial e nuclear; entre outras, inclusive em benefício de terceiros países;
7. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
8. Fortalecer as relações bilaterais e em blocos regionais;
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar e diversificar o comércio bilateral

- *Realizar atividades de promoção comercial que permitam aumentar a corrente de comércio entre Brasil e Austrália. O comércio bilateral e os investimentos recíprocos estão em curva ascendente. Em 2022 registrou-se o pico do intercâmbio comercial, que alcançou US\$3,4 bilhões. O Brasil exporta bens industriais e produtos agropecuários para a Austrália. Na área de investimentos, destacam-se as presenças de empresas australianas de energia e mineração no Brasil e de empresas brasileiras de proteína animal na Austrália. Os números do comércio e dos investimentos, no entanto, ainda podem ser considerados tímidos, tendo em vista que os dois países estão entre as 13 maiores economias do mundo em valores nominais, conforme projeção do FMI para 2025;*
- *Elaborar e/ou encomendar estudos exploratórios de complementaridade entre as duas economias;*
- *Trabalhar em parceria com a APEX e a Secretaria de Estado das Relações Exteriores para avaliar mercados a serem explorados e incrementar o comércio bilateral, tendo em consideração o interesse em promover produtos e serviços de alto valor agregado originários do Brasil, bem como incentivar a participação de pequenas e médias empresas no comércio bilateral;*
- *Promover encontros e reuniões com câmaras e associações de comércio, inclusive para estímulo à participação em feiras comerciais realizadas nos dois países;*
- *Abrir o mercado australiano para produtos agropecuários brasileiros. O MRE, em conjunto com o MAPA, tem buscado acesso para diversos produtos nacionais, como carne suína, pescados, uvas frescas, mamão papaia, entre outros. Com o apoio da Adidância Agrícola em Camberra, a Embaixada atuará em favor da abertura do mercado australiano a produtos agrícolas de interesse exportador brasileiro;*
- *Apoiar a Embraer na promoção de suas aeronaves nas áreas de aviação comercial, mobilidade urbana e defesa. A Embraer está intensificando a divulgação de jatos regionais na Austrália e nos países do Pacífico em geral. A subsidiária EmbraerX anunciou parceria com a agência nacional de controle aéreo civil da Austrália, para o desenvolvimento de soluções inovadoras de tráfego aéreo urbano em Melbourne, inclusive a venda de aeronaves elétricas de decolagem e aterrissagem verticais (e-VTOLs). Na área de defesa, a Embraer pode oferecer a aeronave C-390 Millenium;*
- *Incentivar a retomada de diálogo mais estreito para que se avalie a viabilidade e a conveniência de negociação comercial Mercosul-CER (Austrália e Nova Zelândia);*
- *Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, a fim de contribuir para a promoção da imagem dos produtos e serviços brasileiros;*

- *Na área de mineração, promover o comércio de máquinas e equipamentos brasileiros, serviços de engenharia e de logística, bem como “startups” brasileiras do setor na Austrália;*
- *Na área de agricultura, promover a exportação de maquinário brasileiro e de tecnologia e serviços nacionais;*
- *Promover serviços brasileiros de tecnologia digital, em áreas como “Fintech”, “Agtech”, energia renovável, indústria 4.0 e produtos alimentares inovadores;*
- *Levantar informações sobre as especificidades do mercado local, bem como as medidas tarifárias e não tarifárias aplicáveis;*
- *Elaborar análises regulares do comércio bilateral com a Austrália, a partir de dados estatísticos fornecidos por organismos oficiais dos dois países;*
- *Promover a interlocução entre empresários brasileiros e australianos e organizar missões de empresários brasileiros que desejam avançar nos negócios no mercado australiano;*
- *Facilitar a realização de missões parlamentares de parte a parte em base regular;*
- *Identificar pontos da legislação australiana relativos à regulação do comércio de bens de interesse de exportadores brasileiros, conforme solicitações destes, bem como manter as associações setoriais no Brasil informadas sobre desdobramentos nas leis pertinentes;*
- *Relatar e comentar os principais desdobramentos relativos à agricultura e à pecuária na Austrália, com ênfase no seu possível efeito sobre exportações agrícolas brasileiras, inclusive eventuais medidas protecionistas ou que distorçam o comércio internacional;*
- *Monitorar notícias e comentários publicados em órgãos de imprensa australianos que tenham potencial para causar dano à imagem do agronegócio brasileiro, bem como aos fluxos comerciais regulares, com particular atenção para aspectos de sustentabilidade, e apresentar estratégia de resposta quando cabível;*
- *Promover o Brasil junto às autoridades governamentais e a interlocutores locais relevantes como fornecedor seguro e confiável de alimentos;*
- *Manter contatos e reuniões com autoridades, especialistas e representantes do setor privado australiano das áreas de agricultura e pecuária, a fim de monitorar tendências, desafios e oportunidades nesses setores.*

2. Atrair investimentos para o Brasil

- *Manter e incrementar o diálogo com o governo e com o setor privado australianos com vistas a atrair investimentos ao Brasil;*
- *Acompanhar a evolução dos investimentos brasileiros na Austrália e apoiar as empresas nacionais. Diversas empresas brasileiras, como JBS, Minerva, VALE, WEG, Natura e Marcopolo possuem investimentos na Austrália;*
- *Dar continuidade a ações de atração de investimentos australianos para o Brasil. Mais de 100 empresas australianas atuavam no Brasil em 2020. Os investimentos australianos estão concentrados nos setores de mineração, serviços e energia (petróleo, gás e hidrogênio de baixo carbono);*
- *Incentivar a atração de investimentos australianos para o Brasil no âmbito do Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Desde a criação do PPI em 2016, a participação de investidores australianos concentrou-se nas áreas de óleo e gás e mineração. A Austrália era o 19º maior investidor nos projetos do PPI, de um total de 23 países, em 2022;*

- *Engajar-se com formadores de opinião e lideranças corporativas a fim de divulgar oportunidades de investimentos no Brasil;*
- *Estruturar e apoiar missões de autoridades brasileiras com vistas a atrair investimentos diretos para o Brasil;*
- *Divulgar oportunidades de investimentos no Brasil e medidas do governo brasileiro na área de economia e negócios, especialmente junto a formadores de opinião e lideranças corporativas locais.*

3. Acompanhar políticas Australianas que tenham repercussão em matéria econômica, financeira e de investimentos

- *Manter contato com autoridades locais e agentes acadêmicos e de outros organismos, bem como com diplomatas de outras embaixadas, para conhecer diferentes perspectivas sobre os desdobramentos econômicos e seu impacto na Austrália;*
- *Acompanhar notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação Australianos, bem como nos canais oficiais em redes sociais do país, sobre temas econômicos ou com relevância para a economia brasileira;*
- *Acompanhar eventos sobre temas da atualidade econômica Australiana, bem como sobre iniciativas específicas em assuntos relevantes para a economia do Brasil;*
- *Acompanhar o debate público na Austrália em questões econômicas, fiscais, financeiras e de investimentos.*

4. Renovar gestões para a negociação de acordo para evitar a bitributação (ADT)

A Receita Federal do Brasil propôs, em 2016, a abertura de negociação de tratado para evitar a dupla tributação. A assinatura de ADT bilateral é considerada prioritária pelas comunidades empresariais dos dois países. Em gestões junto a autoridades locais, a Embaixada do Brasil em Canberra apurou que o Tesouro Australiano estaria receptivo, mas que o foco da atual rodada de ADTs Australianos seriam países europeus. Propõe-se, em coordenação com a Secretaria de Estado de Relações Exteriores, dar seguimento às gestões para negociação e eventual assinatura do acordo.

5. Negociar acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI)

O Brasil apresentou proposta de acordo sobre investimentos por ocasião da X Reunião de Consultas Políticas, em abril de 2017. A Austrália estaria reavaliando internamente os acordos dessa natureza. Propõe-se, em coordenação com a Secretaria de Estado de Relações Exteriores, dar seguimento às gestões para negociação de ACFI e eventual assinatura do acordo.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada;
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores, câmaras e associações de comércio;
- 3) Número de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada;

- 4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras e australianas, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado;
- 5) Número de atuações da Embaixada para a promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, sob forma de publicações, mídia social, entrevistas, palestras, painéis, ou outro formato;
- 6) Número de encontros com representantes do governo da Austrália para tratar do incremento da corrente comercial bilateral;
- 7) Número de reuniões com representantes do governo da Austrália que tenham como foco a discussão de melhores práticas, regulação e melhoria do ambiente de negócios, para atração de investimentos;
- 8) Número de relatórios de acompanhamento da economia australiana e da balança comercial com o Brasil produzidos pela embaixada;
- 9) Número de eventos ou textos para circulação a respeito das oportunidades de investimento no Brasil;
- 10) Número de atendimentos a consultas telefônicas, por e-mail, por meios eletrônicos oficiais ou presenciais;
- 11) Número de publicações elaboradas (estudos, boletins, revistas);
- 12) Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras;
- 13) Número de reuniões com representantes do governo australiano com vistas à negociação e assinatura do acordo para evitar a dupla tributação;
- 14) Número de reuniões com representantes do governo australiano com vistas à negociação e assinatura do acordo de cooperação e facilitação de investimentos;
- 15) Número de missões organizadas para empresários brasileiros que desejam fazer negócios no mercado australiano;
- 16) Número de relatórios sobre a agricultura e a pecuária na Austrália, inclusive acerca de medidas protecionistas ou que distorçam o comércio internacional;
- 17) Número de relatórios sobre eventuais notícias e comentários na imprensa australiana sobre o agronegócio brasileiro;
- 18) Número de gestões junto ao governo australiano e interlocutores locais em favor da imagem positiva do agronegócio brasileiro;

- 19) Número de reuniões com autoridades, especialistas e representantes do setor privado australiano das áreas de agricultura e pecuária, a fim de monitorar tendências, desafios e oportunidades nesses setores;
- 20) Número de atividades de organização e apoio a missões de autoridades brasileiras com vistas a atrair investimentos diretos para o Brasil;
- 21) Número de ações de divulgação de oportunidades de investimentos no Brasil e medidas do governo brasileiro na área de economia e negócios, especialmente junto a formadores de opinião e lideranças corporativas locais;
- 22) Número de contatos com autoridades locais e agentes acadêmicos e de outros organismos, bem como com diplomatas de outras Embaixadas, para conhecer diferentes perspectivas sobre os desdobramentos econômicos e seu impacto na Austrália;
- 23) Número de relatórios sobre temas econômicos, fiscais, financeiros e de investimentos na Austrália relevantes para a economia brasileira.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Observar e produzir inteligência

- *Prosseguir com o trabalho de observação da política australiana para a Ásia-Pacífico, inclusive de agrupamentos de vertente política e de defesa dos quais aquele país faz parte, como as parcerias AUKUS (Austrália, Estados Unidos e Reino Unido) e QUAD (Austrália, Estados Unidos, Índia e Japão), e produção de informes periódicos, tendo em vista que o Brasil, a despeito de estar geograficamente distante, tem interesse na estabilidade da região. A Ásia é a região econômica mais dinâmica do mundo e uma das áreas chave da competição estratégica global. Austrália, China, Índia, Japão e países da ASEAN são atores econômicos relevantes ou com peso crescente. A ascensão da China como potência econômico-militar vem criando desafios para o equilíbrio de poder da região; países como a Austrália se deparam com dilema entre suas posições políticas a respeito de Pequim e sua dependência econômico-comercial em relação ao gigante asiático;*
- *Acompanhar, no âmbito da parceria AUKUS, as decisões do governo australiano de compra e/ou desenvolvimento de submarinos à propulsão nuclear, dado que Brasil e Austrália são atualmente os únicos países não nuclearmente armados, junto com a Coreia do Sul, com planos para a aquisição de tais meios. Adicionalmente, tanto o Brasil como a Austrália encontram-se em negociações com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) com vistas à adoção de arranjos para a aplicação de medidas especiais de verificação relativas à propulsão nuclear naval (PNN). Tais negociações se dão de forma paralela e independente, com base nos respectivos acordos de salvaguardas de cada país com a AIEA;*

- *Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa da Austrália e suas possíveis implicações para o relacionamento bilateral;*
- *Identificar soluções adotadas na Austrália que possam ser de interesse do governo brasileiro, de empresários brasileiros ou da sociedade brasileira em geral, nas áreas econômica, social, jurídica e ambiental, entre outras. Ao mesmo tempo, fomentar a divulgação, na Austrália, de experiências exitosas no Brasil que possam suscitar o interesse local (como a sustentabilidade da agricultura brasileira).*

2. Fortalecer o mecanismo de consultas políticas

- *Dar seguimento às reuniões regulares do mecanismo de consultas políticas em modo presencial. Brasil e Austrália mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas desde 1990, para discutir a cooperação bilateral e propiciar espaço de diálogo sobre temas da agenda internacional. A última reunião ocorreu em Camberra, em março de 2024. Caberia propor a realização da XIII edição do Mecanismo de Consultas Políticas em Brasília. Propõe-se dar seguimento às reuniões regulares do mecanismo de consultas políticas em modo presencial.*

3. Aproximar os órgãos públicos dos dois países

- *Seguir fomentando a colaboração interparlamentar entre o Brasil e a Austrália, bem como prestar apoio ao Grupo Parlamentar Brasil-Austrália. Há grande potencial para intensificar o intercâmbio entre os parlamentos dos dois países para troca de experiências e melhores práticas no âmbito dos Poderes Legislativos de ambos os países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Austrália;
- 2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa australianas;
- 3) Número de reuniões preparatórias à realização de missões de delegações parlamentares de parte a parte;
- 4) Número de reuniões com representantes do governo da Austrália para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões de consultas políticas;

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões no mais alto nível possível com vistas a, entre outros objetivos, obter apoio da Austrália a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais e para a realização de eventos internacionais no Brasil, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;*

2. Dar prosseguimento à cooperação em organismos multilaterais

- *Dar seguimento à coordenação com a Austrália no processo de reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) e em relação ao pleito brasileiro por assento permanente. As relações Brasil-Austrália são marcadas por convergências nos foros internacionais multilaterais, dadas as posições compartilhadas por ambos os países. Camberra apoia o processo de reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) e o pleito brasileiro por assento permanente. Na promoção da reforma do CSNU, o Brasil constituiu, em 2004, o grupo denominado G4 (com a Alemanha, a Índia e o Japão), que conta com o apoio australiano;*
- *Aprofundar a cooperação com a Austrália em medidas para combate à fome e à pobreza. A Austrália é membro fundador da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo Brasil como resultado da Presidência do G-20 em 2024;*
- *Explorar convergências de interesses com a Austrália no âmbito do Conselho de Direitos Humanos e na 3ª Comissão das Nações Unidas, como assuntos relacionados a povos indígenas ou originários;*
- *Continuar o diálogo com autoridades australianas com relação à reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os dois países integram o Grupo de Ottawa, agrupamento informal estabelecido em 2018 e coordenado pelo Canadá, que reúne Membros da OMC interessados em discutir a reforma da Organização;*
- *Dar seguimento à coordenação bilateral com relação às discussões sobre agricultura na OMC. Brasil e Austrália são participantes ativos das negociações agrícolas na OMC. Ambos os países são membros do Grupo de Cairns (coordenado pela Austrália) como agrupamento negociador com pretensões ofensivas e ambiciosas na OMC;*
- *Aprofundar o diálogo com a Austrália sobre a sustentabilidade dos setores produtivos dos dois países e sobre maneiras de prevenir o surgimento de novas barreiras a produtos brasileiros e australianos nos principais mercados importadores, com vistas a desconstruir narrativas protecionistas que se valem de falsos argumentos de ordem ambiental. Brasil e Austrália, como dois grandes exportadores de produtos agrícolas e de recursos minerais e energéticos, deveriam se coordenar na matéria;*
- *Aprofundar o diálogo bilateral nos temas relativos ao G20, inclusive em seguimento aos resultados da presidência brasileira em 2024. Brasil e Austrália possuem posições convergentes no âmbito do grupamento;*

- *Fortalecer o diálogo com as autoridades locais no sentido de identificar pautas de convergência e de atuação coordenada sobre outros temas multilaterais de interesse comum tais como mudança do clima, energias renováveis, segurança alimentar, não-proliferação nuclear, direitos dos povos indígenas e outros, levando em conta que a Austrália exercerá a presidência da 31ª COP do Clima, a ser realizada na Turquia em novembro de 2026.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões e contatos com representantes do governo da Austrália para fazer gestões em favor de candidaturas brasileiras internacionais;
- 2) Número de reuniões e contatos com autoridades australianas para coordenação de posições em organizações multilaterais, em cumprimento a instruções da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Incentivar o turismo ao Brasil

- *Buscar aumentar a visibilidade e o interesse pelo Brasil entre o público australiano, a partir de ações junto aos meios de comunicação, agências de turismo, empresas aéreas, entre outros. A Austrália recebe número significativo de brasileiros em viagens de turismo, estudos e trabalho. A entrada em vigor do Memorando de Entendimento sobre Férias e Trabalho, assinado em 2022, deverá estimular ainda mais esse fluxo;*
- *Participar em feiras dedicadas ao turismo, conforme disponibilidade orçamentário-financeira;*
- *Intensificar o uso das mídias sociais da embaixada para divulgação de opções de destinos turísticos oferecidas pelo Brasil.*

2. Propugnar pela melhoria da conectividade aérea Brasil-Austrália

- *Incentivar as oportunidades de estabelecimento de voos diretos entre o Brasil e a Austrália, que teriam impacto positivo para o turismo entre os dois países. Em decorrência da entrada em vigor, em 2018, do Acordo de Serviços Aéreos entre Brasil e Austrália, os operadores designados podem estabelecer voos diretos entre os dois países. Propõe-se manter contatos com representantes das companhias aéreas interessadas a fim de incentivá-las a criar conexão aérea direta entre o Brasil e a Austrália.*

3. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

- *Identificar potenciais parceiros locais e propor a realização, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e a obtenção de patrocínios locais, de projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos e projetos de intercâmbio cultural e de divulgação de*

profissionais da cultura brasileiros, tais como artistas, cineastas, escritores, fotógrafos e músicos;

- *Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público australiano sobre o país, inclusive com engajamento da comunidade brasileira local em Camberra e outras cidades australianas;*
- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa na Austrália;*
- *Explorar formas de ampliar a oferta de bens e serviços culturais brasileiros na Austrália, com especial atenção para a ampliação do número de obras de autores brasileiros traduzidas no mercado editorial local;*
- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil na Austrália e a divulgação de projetos e eventos culturais com temática brasileira;*
- *Dar continuidade à participação no “Latin American Film Festival - LAFF”, festival organizado anualmente na Austrália pelo Grupo dos Países Latino-Americanos (GRULAC), bem como avaliar o aprofundamento de iniciativas de teor semelhante.*

4. Avaliar a possibilidade de celebração de acordo de coprodução audiovisual

- *Fazer gestões junto ao governo australiano em favor da discussão sobre a negociação de acordo na área. O governo australiano possui diretrizes para a negociação de acordos de coprodução audiovisual.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de participações em feiras de turismo;
- 2) Número de postagens nas redes sociais da embaixada, divulgando destinos turísticos no Brasil;
- 3) Número de reuniões e contatos para promoção do Brasil como destino turístico com meios de comunicação, agentes de viagem, empresas aéreas e outros agentes do setor;
- 4) Número de reuniões e contatos com empresas aéreas para a realização de gestões em favor do estabelecimento de rota aérea direta entre os dois países;
- 5) Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras e da promoção do idioma na Austrália;
- 6) Número de reuniões e contatos com autoridades australianas para avaliar a possibilidade de negociação de acordo de coprodução audiovisual;
- 7) Número de informes produzidos pela embaixada sobre a evolução das políticas australianas de fomento à produção cultural e proteção de manifestações culturais locais.

V – Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Explorar cooperação com a Austrália em meio ambiente e mudança do clima

- *Buscar maior aproximação com a Austrália em temas relacionados a meio ambiente e mudança do clima, com vistas a explorar possibilidades de cooperação bilateral na matéria, bem como de coordenação de posições em organismos multilaterais, em contextos a serem especificados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores. O governo trabalhista australiano, que tomou posse em maio de 2022, passou a ter posição mais assertiva com relação à mudança do clima e estabeleceu metas mais ambiciosas de redução de emissões, de 43% até 2030. Tendo em vista que a Austrália presidirá a COP31, a se realizar em novembro de 2026, haverá oportunidades para que os dois países atuem de forma concertada com vistas a permitir a continuidade e o positivo encaminhamento das iniciativas consideradas prioritárias por ambas as presidências da COP, bem como o intercâmbio de informações relevantes sobre aspectos logísticos da realização do evento.*

2. Retomar diálogo com autoridades australianas a fim de identificar eventual interesse em cooperação em temas que representam desafios para ambos os países, como combate a incêndios florestais, prevenção/gestão de desastres naturais e manejo florestal, entre outros.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e contatos com autoridades locais australianas sobre meio ambiente e mudança do clima;
- 2) Número de informes produzidos pela embaixada sobre a evolução da política australiana de proteção do meio ambiente e combate à mudança do clima;
- 3) Número de reuniões e contatos com autoridades locais para explorar a cooperação bilateral em tema de interesse de ambos os países.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incentivar o adensamento e/ou o estabelecimento de cooperação bilateral

- *Acompanhar e fomentar o aprofundamento da cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação. Brasil e Austrália mantêm uma agenda positiva de cooperação bilateral, envolvendo cada vez mais áreas, mas ainda não suficientemente representativa do tamanho e da relevância dos dois países;*
- *Fomentar o prosseguimento dos trabalhos do Comitê Conjunto do Acordo Bilateral de Cooperação em CT&I, em vigor desde 2022. A primeira reunião do Comitê Conjunto foi realizada em dezembro daquele mesmo ano;*

- *Dar seguimento aos contatos com os órgãos competentes australianos para a continuidade do diálogo em temas como hidrogênio de baixo carbono e mineração,, especialmente na área de políticas e regulação para o hidrogênio de baixo carbono;*
- *Manter diálogo com as universidades e centros de pesquisa australianos com vistas a incentivar projetos conjuntos e o intercâmbio entre pesquisadores dos dois países. Será importante dar seguimento à “Colaboração Virtual de Pesquisa Brasil-Austrália”, organizada do lado brasileiro pela CONFAP;*
- *Fomentar e apoiar a colaboração entre agências de financiamento de pesquisa brasileiras (CAPES, CNPq, fundações de amparo à pesquisa estaduais - "FAPs") e congêneres australianas;*
- *Promover a imagem do Brasil como detentor de ciência de excelência e produtor de inovação e difundir entre atores locais informações sobre as atividades de pesquisa de ponta realizadas no país;*
- *Apoiar a internacionalização de “startups” brasileiras de base tecnológica para a Austrália, bem como estimular a atração de novos investimentos australianos no Brasil em pesquisa e desenvolvimento;*
- *Elaborar informes e estudos sobre tecnologias relacionadas a hidrogênio de baixo carbono, tecnologias quânticas e tecnologias relacionadas à área de saúde, incluindo, por exemplo, principais iniciativas, centros tecnológicos, “startups”, programas governamentais e sinergias bilaterais;*
- *Atualizar informações e estudos produzidos pela embaixada, como, por exemplo, o Mapeamento dos Ambientes Promotores de Inovação.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META**

- 1) Número de informes e estudos produzidos pela Embaixada sobre tecnologias relacionadas a temas como hidrogênio de baixo carbono, tecnologias quânticas, tecnologias relacionadas à área de saúde, entre outros;
- 2) Número de eventos, seminários, webinários e ações, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para aproximação das comunidades científicas dos dois países;
- 3) Número de eventos, seminários, webinários e ações, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para promover a cooperação em temas de mútuo interesse com participação de governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;
- 4) Número de reuniões com representantes de universidades, institutos de pesquisa, ambientes de inovação, setor privado e governo da Austrália, a fim de identificar oportunidades de cooperação bilateral;
- 5) Divulgação, nos meios de comunicação da Austrália, e com apoio de instituições brasileiras, de pesquisas científicas de ponta realizadas no Brasil e soluções tecnológicas brasileiras nas mais diferentes áreas;
- 6) Número de reuniões promovidas entre *startups* com investidores e ambientes de inovação (parques, incubadoras ou aceleradoras tecnológicas);

- 7) Número de reuniões com autoridades governamentais para a identificação de áreas de interesse e facilitação do diálogo com homólogos brasileiros;
- 8) Número de informes produzidos pela embaixada sobre o ambiente tecnológico bem como sobre as políticas Australianas voltadas à inovação;
- 9) Número de ações de promoção da imagem do Brasil como detentor de ciência de excelência e difusão de informações sobre atividades de ponta realizadas no país;
- 10) Número de ações de apoio à internacionalização de *startups* brasileiras de base tecnológica para a Austrália, bem como de estímulo à atração de novos investimentos em pesquisa e desenvolvimento para o Brasil.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e segurança

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Incentivar a vinda de estudantes Australianos ao Brasil por meio do Programa Férias e Trabalho**
 - *Dialogar com agentes do setor educacional na Austrália para estudar formas de divulgar o Brasil como destino do Programa de Férias e Trabalho. Brasil e Austrália contam com Memorando de Entendimento sobre Férias e Trabalho, em vigor desde 2022, que permite que cidadãos de ambos os países possam permanecer no território do outro país com o objetivo primário de férias, mas que possam realizar trabalhos para custear sua estada.*
- 2. Fomentar o intercâmbio acadêmico**
 - *Manter contatos com autoridades governamentais e instituições de ensino da Austrália com vistas a incentivar o aprofundamento do intercâmbio acadêmico entre os dois países e, sobretudo, fomentar o aumento do fluxo ao Brasil de pesquisadores Australianos, bem como o número de iniciativas acadêmicas conjuntas que envolvam instituições dos dois países. O Brasil é um mercado importante para o setor de educação da Austrália. Ao final de 2022, havia 19.057 brasileiros com vistos de estudante no país. A Austrália conta com algumas das melhores universidades do mundo.*
- 3. Apoiar a cooperação na área de saúde**
 - *Estabelecer mecanismos de cooperação na área de saúde.*
- 4. Apoiar a cooperação na área de crimes cibernéticos/segurança pública**
 - *Aprofundar o diálogo entre os dois governos para que se avalie a conveniência de firmar acordo sobre o tema. Em encontros entre a Embaixada em Canberra e autoridades Australianas, identificou-se interesse da Austrália na cooperação bilateral em temas como combate ao terrorismo, tráfico de pessoas, exploração infantil e crimes cibernéticos. O lado Australiano aventou a possibilidade de assinatura de memorando de entendimento para dar maior institucionalidade à discussão desses temas.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de eventos, seminários, webinários e ações, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para aproximação das comunidades científicas dos dois países;
- 2) Número de reuniões e contatos com representantes de universidades e outros órgãos governamentais a fim de promover o aumento do fluxo de estudantes e pesquisadores australianos para o Brasil;
- 3) Número de reuniões e contatos com representantes do governo australiano da área de saúde;
- 4) Número de reuniões e contatos com autoridades australianas para discussão de temas relacionados a crimes cibernéticos e segurança pública;
- 5) Número de informes produzidos pela embaixada sobre a evolução das políticas australianas para educação e pesquisa;
- 6) Número de informes produzidos pela embaixada sobre a evolução das políticas australianas voltadas à segurança pública e de combate a crimes cibernéticos.

VIII - Cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Produzir informações e facilitar a troca de experiências sobre as políticas de inclusão da comunidade aborígene e do Estreito de Torres

A Austrália vem ampliando suas políticas para garantir a inclusão das comunidades aborígenes e do Estreito de Torres, que poderão ser de interesse para as discussões no Brasil, em particular do Ministério dos Povos Indígenas. Propõe-se que a Embaixada continue a produzir informações a respeito das experiências locais, assim como continue a estimular o intercâmbio com contrapartes brasileiras. Também deveria ser aprofundada a cooperação entre o Brasil e a Austrália para a preservação, registro, fomento e divulgação das línguas e das culturas indígenas nos dois países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de informes elaborados pela Embaixada a respeito da evolução da política australiana para a proteção, a participação política e a inclusão socioeconômica dos povos aborígenes;
- 2) Número de reuniões e contatos com autoridades australianas sobre possível diálogo bilateral no tema de proteção, participação política e inclusão socioeconômica dos povos indígenas dos dois países;

- 3) Número de interações com a academia e com organizações não governamentais engajadas no tema.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira na Austrália, inclusive por meio da constante facilitação do acesso a tais serviços**

O número estimado de brasileiros residentes na Austrália, em 2021, era de 60 mil, dos quais 15 mil na jurisdição de Camberra e 45 mil na de Sydney. O perfil mais comum do residente brasileiro na Austrália é de jovens estudantes de inglês. Há grande concentração de pessoas entre 25 e 44 anos, com alto índice de escolaridade. A adoção do sistema e-Consular, com análise prévia de solicitações, permitiu maior celeridade e eficiência na prestação de serviços consulares, reduzindo o tempo de atendimento ao consulente. Propõe-se continuar a prestação de serviços de qualidade e aprimorar processos para facilitar o acesso aos serviços consulares.

- 2. Promover regularmente consulados itinerantes em cidades australianas com presença de comunidade brasileira, a fim de alcançar o máximo possível de nacionais interessados na assistência consular**

Em função das grandes distâncias verificadas na Austrália, o apoio dos consulados honorários é de grande valia para a assistência às comunidades brasileiras em cidades fora da sede do posto. Propõe-se dar continuidade à realização de consulados itinerantes.

- 3. Manter e atualizar os esforços de resposta a crises ou desastres naturais**

A recorrência de desastres naturais na Austrália, como incêndios e inundações, requer especial atenção da Embaixada em Camberra para agir tempestivamente e prestar o auxílio devido às comunidades brasileiras eventualmente atingidas. Propõe-se manter e atualizar esforços de resposta a eventuais crises que possam afetar a comunidade brasileira.

- 4. Realizar visitas a nacionais detidos na Austrália a fim de prestar a assistência consular cabível**

Atualmente são 9 detentos brasileiros na jurisdição do Posto, aos quais a Embaixada presta assistência, inclusive por meio de visitas às penitenciárias.

- 5. Organizar eleições na jurisdição do posto**

Os dois turnos das eleições presidenciais de 2022 foram realizados sem incidentes nas cidades de Camberra, Melbourne e Perth. Propõe-se organizar a realização de eleições na jurisdição da Embaixada, nas localidades com maior concentração de brasileiros.

- 6. Utilizar as redes sociais do posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira**

Atualmente, a Embaixada em Camberra mantém página oficial, além de perfis no Twitter, Instagram e Facebook. Propõe-se manter a presença da Embaixada em redes sociais, para a boa prestação de serviços consulares à comunidade brasileira na Austrália.

7. Manter a coordenação com o Consulado-Geral do Brasil em Sydney

A Embaixada em Camberra e o Consulado-Geral do Brasil em Sydney mantêm coordenação nas ações voltadas aos cidadãos brasileiros na Austrália, como, por exemplo, o planejamento e a execução das eleições presidenciais. Propõe-se manter e aprofundar essa coordenação, com vistas a prestar serviço de qualidade aos cidadãos brasileiros.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Índice de satisfação do consulente;
- 2) Número de inovações introduzidas na assistência consular que redundem em facilidade na prestação dos serviços;
- 3) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda;
- 4) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda;
- 5) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares;
- 6) Tempo de permanência do cidadão no setor consular;
- 7) Tempo de permanência do cidadão no guichê de atendimento;
- 8) Número de consulados itinerantes realizados;
- 9) Número de comunicações de esclarecimento preparadas para a comunidade brasileira em situações de crise ou catástrofes naturais;
- 10) Número de visitas a nacionais presos na Austrália;
- 11) Número de atividades voltadas ao público brasileiro resultantes de coordenação entre a Embaixada e o Consulado-Geral em Sydney.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Cumulatividades: Vanuatu, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Nauru e Fiji)

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Contribuir para promover os interesses do Brasil e dos brasileiros no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu, por meio de ação diplomática de excelência dirigida a identificar e explorar oportunidades de aproximação entre os países e superar desafios que afetem interesses brasileiros.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com o Estado Independente da Papua Nova Guiné, as Ilhas Salomão, a República de Fiji, a República de Nauru e a República de Vanuatu, sempre atento ao imperativo do desenvolvimento nacional e da defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO (cumulatividades)

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover produtos e serviços brasileiros em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu, mantendo em mente a dimensão reduzida dos mercados desses países;
3. Buscar diálogo regular com autoridades de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu sobre o combate aos efeitos da mudança do clima, tema prioritário para esses países insulares;
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu, nas mais distintas linguagens artísticas e em diferentes seguimentos da economia criativa, e a língua portuguesa na variante brasileira;
5. Promover serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros que eventualmente se encontrem em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu;
6. Explorar mecanismos de cooperação para o desenvolvimento pelos quais o Brasil possa compartilhar soluções e práticas exitosas em diferentes áreas em benefício de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu;
8. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais;
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar e diversificar o comércio bilateral

- *Realizar análises que permitam aumentar a corrente bilateral de comércio entre o Brasil e os cinco países. O comércio bilateral do Brasil com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu é modesto, mas podem ser buscadas oportunidades. Em regra, o Brasil exporta para esses países, principalmente, produtos industriais, como calçados, ferramentas, facas, munições, máquinas agrícolas e artigos de confeitaria. Também exporta petróleo para Vanuatu, ainda que em pequenas quantidades;*
- *Buscar a abertura dos mercados de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu para mais produtos agropecuários brasileiros. O MRE, em conjunto com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), tem feito gestões pela abertura desses cinco mercados para produtos cárneos, miúdos e termoprocessados de aves, suínos e bovinos. Já se encontra em negociação modelo de certificado sanitário internacional com Papua Nova Guiné para cárneos e miúdos bovinos e de frango;*
- *Trabalhar em parceria com a APEX e a Secretaria de Estado de Relações Exteriores para avaliar mercados a ser explorados e incrementar o comércio bilateral em relação a Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu, tendo em consideração o interesse em promover produtos e serviços brasileiros de alto valor agregado;*
- *Apoiar missões empresariais da Embraer para divulgar as aeronaves da empresa como opções para a aviação regional dos cinco países. Uma vez que Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu estão situados em região com territórios dispersos no Oceano Pacífico, a aviação tem particular relevância para a conectividade entre esses países e dentro deles, o que favorece a promoção de aeronaves brasileiras. Atualmente, a companhia aérea papuásia Air Niugini avalia modelos de aeronave para substituir parte de sua frota. O modelo E-195-E2, da Embraer, é um dos candidatos.*
- *Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, a fim de contribuir para a promoção da imagem dos produtos e serviços brasileiros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada;
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas e câmaras e associações de comércio;
- 3) Números de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada;

- 4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras e de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações e outras entidades do setor privado;
- 5) Número de atuações da Embaixada para a promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, sob forma de publicações, mídia social, entrevistas, palestras, painéis, ou outro formato;
- 6) Número de relatórios de acompanhamento das economias de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu e da balança comercial com o Brasil produzidos pela Embaixada;
- 7) Número de eventos ou textos para circulação a respeito das oportunidades de investimento no Brasil;
- 8) Número de atendimentos a consultas telefônicas, por e-mail, por meios eletrônicos oficiais e de forma presencial;
- 9) Número de publicações elaboradas (estudos, boletins, revistas);
- 10) Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Observar e produzir inteligência

- *Prosseguir com o trabalho de observação dos desdobramentos da disputa entre China e EUA/aliados para os países da Ásia-Pacífico e produção de informes periódicos, tendo em vista que o Brasil, a despeito de estar geograficamente distante, tem interesse na estabilidade da região. A Ásia-Pacífico é a região econômica mais dinâmica do mundo e uma das áreas chave da competição estratégica global. Austrália, China, Índia, Japão e países da ASEAN são atores econômicos relevantes ou com peso crescente. A ascensão da China como potência econômico-militar vem criando desafios para o equilíbrio de poder na região. Uma parte dos países da região tem visões de mundo e valores que divergem dos de Pequim; ao mesmo tempo, possuem elevada dependência econômico-comercial em relação ao gigante asiático. A China, ademais, vem empreendendo esforço de aproximação com os países insulares do Pacífico, inclusive na área de defesa, o que gerou, desde os primeiros meses de 2022, investida diplomática dos EUA e de aliados junto a esses países, por meio de reuniões de alto nível, anúncio de abertura de embaixadas e oferta de cooperação e ajuda. Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu e suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil;*

2. Realizar visitas para estabelecer contato direto com autoridades locais e fazer avançar a agenda bilateral

Em geral, é complexa a definição de datas pelos cinco países para a realização de visitas bilaterais, inclusive para a entrega de cartas credenciais do novo embaixador no posto. A precária conexão aérea entre as ilhas do Pacífico não facilita esse tipo de movimentação. A entrega de cartas credenciais é, no entanto, circunstância única para contatos com autoridades locais e conhecimento direto da realidade dos países insulares. Recomenda-se especial empenho em sua realização bem como visitas pontuais regulares para tratar de temas da agenda bilateral.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu;
- 2) Número de reuniões com os altos comissariados dos cinco países na Austrália;
- 3) Número de visitas bilaterais aos cinco países.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar oportunidades de diálogo em foros multilaterais e de apoio a candidaturas e iniciativas brasileiras

- *Realizar contatos e gestões com vistas a obter apoio de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, coordenar possíveis intercâmbios de apoios, realizar eventos internacionais no Brasil e outros, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;*
- *Fortalecer o diálogo com as autoridades locais no sentido de identificar pautas de convergência e de atuação coordenada sobre temas de interesse comum, em particular mudança do clima, energias renováveis, segurança alimentar, não proliferação nuclear e reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas;*
- *Gestionar em favor da adesão de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo Brasil como resultado da Presidência do G-20 em 2024.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de reuniões e contatos com representantes do governo de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu para fazer gestões em favor de candidaturas internacionais do Brasil e para fortalecimento do diálogo e aproximação de visões sobre os grandes temas de debate em foros multilaterais.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

- *Identificar potenciais parceiros locais e propor a realização, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e a obtenção de patrocínios locais, de projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos e projetos de intercâmbio cultural e de divulgação de profissionais da cultura brasileiros, como artistas, cineastas, escritores, fotógrafos e músicos;*
- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu;*
- *Explorar formas de ampliar a oferta de bens e serviços culturais brasileiros em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu;*
- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu e a divulgação de projetos e eventos culturais brasileiros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras e a promoção da língua portuguesa em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu;
- 2) Número de reuniões e contatos com representantes do governo de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu para promoção do turismo e da diversidade de expressões culturais brasileiras.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

iii) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a cooperação humanitária com Papua Nova Guiné, Fiji, Ilhas Salomão, Nauru e Vanuatu em prevenção de desastres e catástrofes naturais; e prospectar novas oportunidades de cooperação ambiental, como nas áreas de manejo florestal sustentável e adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima;

- *Dar seguimento aos esforços do governo brasileiro no sentido de oferecer aos cinco países insulares cooperação humanitária, mormente à distância, nas áreas de gerenciamento de riscos e desastres (por meio da Carta Internacional - Espaço e Grandes Desastres), de saúde (fortalecimento do atendimento à população nas redes públicas de hospitais mediante doação de medicamentos e insumos médico-hospitalares) e de segurança alimentar. A mudança do clima e*

seus efeitos adversos – em particular a elevação do nível do mar e o aumento da frequência e da intensidade de catástrofes naturais – representa ameaça existencial aos estados insulares do Pacífico;

- *Buscar identificar, em coordenação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a possibilidade de desenvolvimento de projetos de conservação e manejo florestal, bem como iniciativas de adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima, com os cinco países.*

2. Fortalecer diálogo com os governos de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu sobre as negociações multilaterais voltadas ao combate à mudança do clima e à proteção do meio ambiente

- *Realizar gestões, quando instruído pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, junto aos governos dos cinco países em temas relacionados a negociações multilaterais de meio ambiente e clima, com o sentido de aproximar os respectivos negociadores, em particular no contexto do seguimento da COP30, e buscar coordenação em debates, votações e decisões no plano multilateral;*
- *Acompanhar, da perspectiva do relacionamento bilateral entre Brasil e Vanuatu, a evolução nas Nações Unidas das tratativas em torno do parecer da Corte Internacional de Justiça sobre a responsabilidade dos países na questão da mudança do clima, solicitado por Vanuatu;*
- *Promover diálogo e perspectivas de cooperação com tais países no âmbito da COP31, uma vez que os Estados do Pacífico Insular copatrocinam o pleito australiano de presidir o evento em 2026.*

iv) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável;
- 2) Número de informes do Posto sobre temas de meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável;
- 3) Número de reuniões e ações sobre cooperação humanitária em prevenção de desastres e em manejo florestal.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa e VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a negociação de acordo básico de cooperação técnica (Ilhas Salomão)

- *Apresentar ao governo das Ilhas Salomão proposta de acordo básico de cooperação técnica. Já foi manifestado pelo país o interesse na recepção de cooperação brasileira nas áreas de agricultura (inclusive segurança alimentar), esportes, futebol, café, cacau, florestas, cana-de-açúcar e etanol.*

2. Finalizar a negociação de acordo básico de cooperação técnica (Papua Nova Guiné)

O Brasil propôs Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020. O Brasil ainda espera reação de Port Moresby, bem como detalhamento de temas do interesse daquele país. Em ocasiões anteriores, foram mencionados por autoridades papuásias, entre outros, agricultura (destaque para café e cacau), saúde, esporte, educação e manejo florestal.

3. Dar implementação ao acordo básico de cooperação técnica (Vanuatu)

- *Retomar os contatos para dar implementação ao acordo. Brasil e Vanuatu celebraram Acordo de Cooperação Técnica em 2013. O instrumento entrou em vigor em março de 2018. A embaixada já consultou as autoridades de Vanuatu sobre as áreas de interesse para projetos de cooperação, mas ainda não houve reação. Agricultura e pesca seriam áreas de possível interesse de Vanuatu. No início de março de 2023, Vanuatu foi atingido por 2 ciclones num intervalo de 48 horas. As intempéries teriam provocado destruição significativa, com custos estimados pelo governo local em no mínimo US\$ 75 milhões. Boa parte da população local teria sido afetada, especialmente pela destruição de colheitas e danos aos sistemas de eletricidade e abastecimento de alimentos e água potável. Sugere-se que se explorem, em diálogo com autoridades vanuatuenses, projetos de cooperação que atendam às necessidades imediatas e/ou estruturais do país decorrentes dos danos causados pelos ciclones.*

4. Dar implementação ao acordo básico de cooperação técnica, uma vez que o Congresso Nacional o ratifique (Fiji)

Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo Básico de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol, pecuária, pesca e esporte. As autoridades fijianas consideram o Brasil um parceiro importante para ajudar na modernização da agricultura daquele país, permitindo o desenvolvimento de indústrias agrícolas sustentáveis para atender o mercado interno e de exportação. Desde 05/04/2022, o acordo encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados. Uma vez que o acordo entre em vigor, propõe-se estabelecer diálogo com as autoridades de Fiji para sua pronta implementação.

5. Retomar o diálogo com autoridades de Nauru para a entrada em vigor do acordo básico de cooperação técnica

- *Renovar às autoridades nauruanas pedido de informações sobre o status da aprovação do acordo de cooperação técnica pelo país e, uma vez em vigor, estabelecer diálogo para sua pronta implementação. Em 11/05/2006, foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de 10/06/2009, o texto do acordo. Para sua entrada em vigor, o acordo ainda carece de aprovação por Nauru. O governo de Nauru manifestou interesse em atividades de cooperação bilateral*

nas áreas médico-hospitalar; de tecnologia da informação; de água e saneamento básico; e pesca.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e contatos com representantes dos governos de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu para promover a negociação de acordo de cooperação técnica, sua entrada em vigor ou sua implementação;
- 2) Número de projetos de cooperação brasileira.

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fornecer o apoio possível a cidadãos brasileiros em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu

O último registro, de 2022, das comunidades brasileiras nos cinco países é a seguinte: Papua Nova Guiné: 30 nacionais; República de Vanuatu: 10 nacionais; República de Fiji: 80 nacionais; República de Nauru: 0 Ilhas Salomão: 0. Não há registro de nenhuma ocorrência consular nos referidos países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de atendimentos consulares.